

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

ANO DE 2016

DENOMINAÇÃO: Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

MORADA: Av. Dr. João Afonso Calado da Maia

Nº: ANDAR: LOCALIDADE: Rio Maior

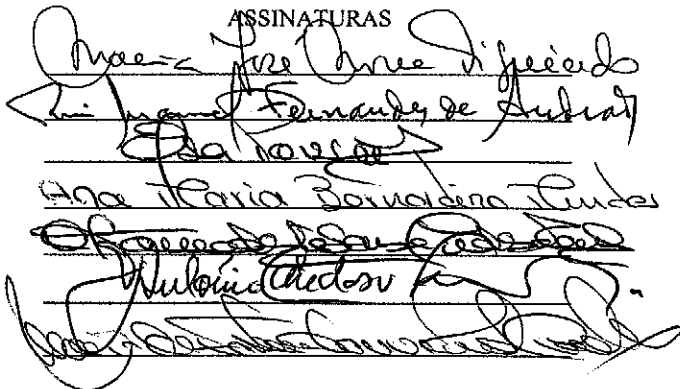
FREGUESIA: Rio Maior CONCELHO: Rio Maior Cód. Postal: 2040-333

A DIRECÇÃO:

LOCAL: Rio Maior

DATA: Rio Maior 01/03/2017

ASSINATURAS



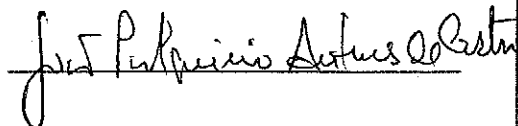
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Rio Maior, 21/03/2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE

O TÉCNICO CERTIFICADO





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR

Balço em 31-12-2016

EUROS

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2,475,162.42	2,510,348.15
Investimentos financeiros	5	3,698.03	2,119.35
		2,478,860.45	2,512,467.50
Ativo corrente			
Inventários	6	8,326.44	6,310.21
Créditos a receber	10	86,097.76	158,294.62
Estado e outros entes públicos		3,208.97	4,756.25
Associados / membros		3,835.50	3,638.50
Diferimentos		18,099.80	11,846.06
Caixa e depósitos bancários		614,811.99	542,961.93
		734,380.46	727,807.57
Total do ativo		3,213,240.91	3,240,275.07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		45,398.04	45,398.04
Resultados transitados		1,997,239.53	1,976,599.47
Excedentes de revalorização		516,006.42	516,006.42
Outras variações nos fundos patrimoniais		390,887.70	400,084.82
		2,949,531.69	2,938,088.75
Resultado líquido do período		-21,651.28	20,640.06
Total dos fundo patrimoniais		2,927,880.41	2,958,728.81
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		73,747.42	73,488.03
Estado e outros entes públicos		31,507.32	46,779.58
Outros passivos correntes		180,105.76	161,278.65
		285,360.50	281,546.26
Total do passivo		285,360.50	281,546.26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,213,240.91	3,240,275.07

Direção

[Assinatura]
[Assinatura]
 Ana Maria Bernardino Mendes

Contabilista Certificado

[Assinatura]

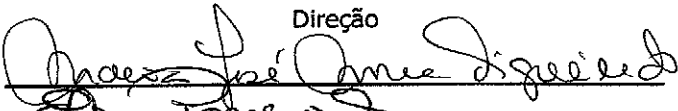
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior


Demonstração dos Resultados por Natureza

Período findo em 31-12-2016

EUROS

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	1,115,057.26	1,161,998.92
Subsídios, doações e legados à exploração	8	954,312.99	902,446.05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-168,305.94	-168,318.90
Fornecimentos e serviços externos		-775,481.87	-827,792.45
Gastos com pessoal	11	-1,096,616.55	-990,395.06
Imparidades de dívidas a receber	10	-11,844.40	-8,436.94
Outros rendimentos e ganhos		48,288.12	29,299.37
Outros gastos e perdas		-15,885.30	-7,069.54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49,524.31	91,731.45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-71,175.59	-71,091.39
Resultado operacional		-21,651.28	20,640.06
Resultado antes de impostos		-21,651.28	20,640.06
Imposto sobre rendimento do período	9	0.00	0.00
Resultado líquido do período		-21,651.28	20,640.06

Direção

 Inês José Maria Dique
 Ana Torres
 Ana Clara Bernardino Mendes

Contabilista Certificado

 João Paulo Mendes

Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

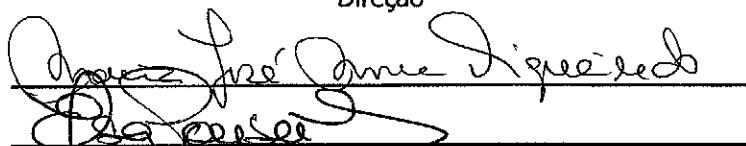
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

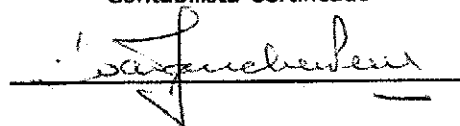
EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1,096,188.33	1,163,859.92
Pagamentos a fornecedores		-948,204.91	-986,805.90
Pagamentos ao pessoal		-1,098,632.79	-966,280.43
Caixa gerada pelas operações		-950,649.37	-789,226.41
Outros recebimentos/pagamentos		1,058,009.11	892,798.75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		107,359.74	103,572.34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	-35,989.86	-77,409.82
Investimentos financeiros	5	-1,547.22	-1,022.14
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0.00	1,353.00
Subsídios ao investimento	8	0.00	16,000.00
Juros e rendimentos similares	7	2,027.40	6,195.58
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-35,509.68	-54,883.38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		71,850.06	48,688.96
Caixa e seus equivalentes no início do período		542,961.93	494,272.97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		614,811.99	542,961.93

Direção

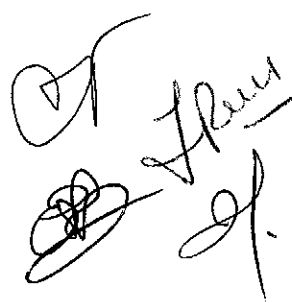
Contabilista Certificado


 Ass. Maria Bernardina Mendes



ANEXO

Para o período de 01/01/2016 a 31/12/2016



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

1.2. Sede

Av. Dr. João Afonso Calado da Maia, 2040-333 Rio Maior

1.3. Natureza da actividade

A entidade tem por finalidade a satisfação de carências sociais e a promoção do culto católico, através de centros infantis, centros de dia e de convívio, lares para idosos, deficientes e equiparados e em hospitais de retaguarda ou enfermarias para doentes considerados irrecuperáveis.

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes “respostas sociais”:

- Lar Dr. Calado da Maia
- Pré-escolar
- Creche “O Ninho”
- Creche “Chaiça”
- Creche Familiar
- PIP Rio
- Cantinas Sociais
- RLIS

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes actividades:

- Centro Médico
- Fisioterapia
- Sector Religioso
- Universidade Sénior

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº

98/2015 de 2 de Junho e pela respetiva NCRF-ESNL aprovada pelo Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

- 2.2. No período de relato não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL.
- 2.3. Nas demonstrações financeiras referentes ao período de 2016, não existem conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas

- a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:
 - Ativos fixos tangíveis – Modelo do custo ou da revalorização deduzido das depreciações acumuladas
 - Investimentos financeiros – Modelo do custo
 - Inventários - Custo
 - Dívidas a receber de clientes – Custo menos perdas por imparidade
 - Outras dívidas a receber e dívidas a pagar - Valor nominal custo
- b) Principais pressupostos relativos ao futuro: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela entidade.
- c) Principais fontes de incertezas das estimativas: As estimativas efectuadas tiveram por base o melhor conhecimento existente à data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: não aplicável.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: não aplicável.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: não aplicável.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- 4.1. Para os ativos adquiridos até 31/12/2012, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do PCIPSS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de Maio, para o ativos adquiridos após 01/01/2013, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do DR n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- 4.2. Para mensurar a quantia bruta escriturada foi utilizado o modelo do custo ou da revalorização. O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta.

4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	AFT em curso	Totais
- Quantia bruta inicial	256,364.20	2,989,090.88	606,788.94	106,753.24	78,939.84	76,990.39	65,424.91	4,180,352.40
- Depreciações acumuladas	0.00	-848,596.98	-576,072.94	-106,753.24	-76,120.33	-62,460.76	0.00	-1,670,004.25
Quantia líquida inicial	256,364.20	2,140,493.90	30,716.00	0.00	2,819.51	14,529.63	65,424.91	2,510,348.15
Movimentos do período	0.00	-59,515.21	-2,993.20	0.00	936.26	0.00	26,386.42	-35,185.73
- Total das adições	0.00	0.00	5,519.01	0.00	4,084.43	0.00	26,386.42	35,989.86
aquisições 1ª mão	0.00	0.00	5,519.01	0.00	4,084.43	0.00	26,386.42	35,989.86
- Total das diminuições	0.00	-59,515.21	-8,512.21	0.00	-3,148.17	0.00	0.00	-71,175.59
depreciações	0.00	59,515.21	8,512.21	0.00	3,148.17	0.00	0.00	71,175.59
abates						0.00		0.00
- Transferências de AFT em curso		8,649.82					-8,649.82	0.00
Quantia líquida final	256,364.20	2,089,628.51	27,722.80	0.00	3,755.77	14,529.63	83,161.51	2,475,162.42

4.4. Identificação dos itens que estão expressos por quantias revalorizadas:

No exercício de 1990, procedeu-se a uma revalorização dos terrenos e edifícios, tendo-se utilizado como critério de revalorização o valor de mercado.

No quadro seguinte são apresentadas as quantias iniciais e as quantias revalorizadas desses ativos:

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
TERRENOS:			
- Capela	997.60	7,731.37	8,728.97
- Hospital da Misericórdia	997.60	86,292.03	87,289.63
- Igreja	623.50	11,846.45	12,469.95
- CEE	13,367.78	11,572.11	24,939.89
- Jardim infantil	20,051.68	17,358.17	37,409.85
SOMA	36,038.16	134,800.13	170,838.29

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
EDIFÍCIOS:			
- Hospital da Misericórdia	2,992.79	258,876.11	261,868.90
- Igreja	1,870.49	35,539.35	37,409.84
- CEE	40,103.35	34,716.33	74,819.68
- Jardim infantil	60,155.03	52,074.50	112,229.53
SOMA	105,121.66	381,206.29	486,327.95

4.5. Identificação dos ativos fixos tangíveis (imóveis) com ónus:

Conta	Descrição	Valor	Ónus
4331	Terrenos e Recursos Naturais:		
433101	Terreno Rua João T.Barbosa (U-2355)	498.80	Renda mensal de 139.52 €
433104	Terreno Ninho CEE (U-8909)	24,939.89	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €
4332	Edifícios e Outras Construções:		
433201	Edifício Rua João T.Barbosa (U-2355)	1,496.39	Renda mensal de 139.52 €
433204	Edifício Ninho CEE (U-8909)	74,819.68	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. Em 31/12/2016, a entidade possuía 459,33 € de certificados de renda perpétua emitidos pelo Instituto de Gestão do Crédito Público e 3.238,70 € relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, que estão mensurados ao custo.

5.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Outras aplicações financeiras	Totais
- Quantia bruta inicial	2,119.35	2,119.35
Quantia líquida inicial	2,119.35	2,119.35
Movimentos do período:	1,578.68	1,578.68
- Total das adições	1,905.82	1,905.82
aquisições 1ª mão	1,905.82	1,905.82
- Total das diminuições	327.14	327.14
alienações	327.14	327.14
Quantia líquida final	3,698.03	3,698.03

6. INVENTÁRIOS

6.1. O sistema de inventário utilizado foi o inventário intermitente, nos termos do nº 5, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13/07 e a forma de custeio o custo de aquisição.

6.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Mercadorias	Matérias-primas	Totais
Inventários iniciais	1,025.40	5,284.81	6,310.21
Compras	16,379.84	147,182.70	163,562.54
Reclassificações e regularizações	0.00	6,759.63	6,759.63
Inventários finais	2,491.55	5,834.89	8,326.44
CMVMC	14,913.69	153,392.25	168,305.94

7. RÉDITO

- 7.1. Para o reconhecimento do rédito foi utilizado o pressuposto do acréscimo.
- 7.2. Discriminação da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubrica	Valor
Vendas	18,586.63
Prestação de serviços	1,096,470.63
Juros obtidos	2,829.48

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

- 8.1. Foram considerados como rendimentos, na totalidade, os subsídio do Governo recebido durante o período relativos a:

Rubrica	Valor
Segurança Social	925,757.81
IEFP	16,202.19

- 8.2. Dos subsídios constantes no quadro anterior, em 31/12/2016, estavam por receber 4.866,38 €, relativos ao programa RLIS.
- 8.3. Os subsídios do Governo relativos a: obra da cozinha (PIDDAC) e sala de estar do lar de acamados, capelas mortuárias e edificio fisioterapia/serviços administrativos foram considerados como rendimentos no valor de 9.197,12 € de acordo com a proporção da vida útil dos bens objecto de investimento.
- 8.4. O valor referente a donativos que foi considerado como rendimento no período de relato foi de 12.352,99 €.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

- 9.1. Os rendimentos da entidade estão isentos de imposto sobre o rendimento, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 10º do Código do IRC e não existem situações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não foram reconhecidos quaisquer gastos com imposto sobre o rendimento.

10. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

- 10.1. De acordo com a política definida pela Direção, deverão ser consideradas perdas por imparidade em dívidas de clientes e utentes, quando as dívidas estejam em mora há mais de 24 meses.

10.2. No período de relato foram consideradas as seguintes perdas por imparidade em ativos financeiros – dívidas de clientes e utentes:

	Saldo inicial	Reversões	Reforço	Saldo final
Dívidas a receber de utentes	10,655.61	8,599.94	11,914.40	13,970.07
TOTAL	10,655.61	8,599.94	11,914.40	13,970.07

10.3. Discriminação das dívidas registadas como de cobrança duvidosa:

	Valor
Em mora: há mais de 24 meses	13.970,07
TOTAL	13.970,07

11. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

11.1. Durante o período de relato o número médio de empregados foi de 94.

11.2. Membros dos órgãos diretivos durante o período de relato:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. João Pulquério Antunes de Castro

Vice-Presidente. Dr. Eduardo Casimiro Deus Pereira Silva

Secretária: Dra. Mafalda Rodrigues Fonseca

Mesa Administrativa

Provedora: Dra. Maria José Moura Figueiredo

Dr. Rui Manuel Fernandes Andrade

Dra. Elsa Maria Ricardo Agostinho Pouseiro

Dra. Ana Maria Bernardino Mendes

Dra. Olga Modesto Sousa Candoso Paula

António Candoso Ferreira

Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho

Definitório

Presidente: Eng. João António Lopes Candoso

Vice-Presidente: Dr. Miguel Félix Paulo

Secretário: Dr. Jorge Fróis Colaço

11.3. Os membros dos órgãos diretivos durante o período de relato, não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

12.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	45,398.04			45,398.04
Resultados transitados	1,976,599.47		20,640.06	1,997,239.53
Excedentes de revalorização	516,006.42			516,006.42
Outras variações nos fundos patrimoniais:				
- subsídios	400,084.82	9,197.12		390,887.70
TOTAL	2,938,088.75	9,197.12	20,640.06	2,949,531.69

DIREÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO

